

Mercado de etanol

ANP propõe marco regulatório

Plínio Mário Nastari*

N O DIA 10 de junho, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou algumas propostas de resolução para a regulamentação do mercado de etanol. Através de duas minutas, as propostas estiveram sob consulta pública até o dia 1º de julho, data em que seria promovida uma audiência pública para discutir estas propostas.

Regra geral, consideramos que as duas resoluções são positivas e devem contribuir para reduzir o volume de etanol que é comercializado no mercado à vista, modalidade predominante desde a liberação da comercialização de etanol em fevereiro de 1999, estimulando a comercialização estruturada em contratos.

Desta forma, haverá uma maior estabi-

lidade no fornecimento e uma menor oscilação de preços nos períodos de safra e entressafra. É esperado também que haja uma maior procura pelo uso do contrato futuro de etanol, com o objetivo de realizar *hedge* sobre os contratos de aquisição prévia, tanto pelas partes compradoras quanto as vendedoras.

A indicação de que a ANP entende a importância de estruturar a comercialização de etanol através de contratos é reflexo da MP 532, que transferiu algumas atribuições para esta agência. Desta forma, a ANP estende alguns dos instrumentos de regulação já aplicados à gasolina para a comercialização do etanol.

Cabe ressaltar, entretanto, que a obrigatoriedade de que tanto produtores quanto

distribuidoras devem manter estoques de etanol anidro representa uma transferência da atribuição legal que hoje reside sobre o governo. Segundo a Lei 8.176/91, regulamentada pelo Decreto 238/91, é função do governo a manutenção de estoque estratégico de combustíveis, inclusive álcool, o que não vem ocorrendo desde que foi aprovada esta legislação. Até 1989, havia estoque estratégico de álcool, equivalente a dois meses de consumo, mantido pelo governo.

Na proposta apresentada pela ANP, os produtores passam a ser obrigados a manter em estoque em 1º de março de cada ano o equivalente a um mês de consumo (aproximadamente 1/12 de sua produção anual), e as distribuidoras a manter em

Sobre as minutas das propostas da ANP para a regulamentação do mercado de etanol

Abaixo, pontuamos os principais destaques da primeira minuta apresentada pela agência:

- As usinas produtoras de etanol passarão a ser obrigadas a manter, em 1º de março de cada ano, um estoque mínimo de anidro equivalente a 8% de sua produção de etanol anidro no período de abril a fevereiro;
- Além das usinas, as distribuidoras também serão obrigadas a manter estoques mínimos de anidro correspondentes a 15 dias de sua comercialização média de gasolina C (gasolina contendo etanol anidro em mistura) referente ao período de novembro a janeiro;
- A aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor deverá ser feita sob regime de compra direta ou contrato de fornecimento com o fornecedor desse produto;
- Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de compra direta com o fornecedor, o distribuidor deverá encaminhar à ANP, até o dia 20 de cada mês, a relação de notas fiscais de compra de etanol anidro, para a comercialização de gasolina C no mês subsequente, por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado no endereço eletrônico da ANP, www.anp.gov.br;
- Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento com o fornecedor, o distribuidor deverá protocolar na ANP cópia autenticada do extrato de contrato, até 1º de março de cada ano, com vistas à prévia homologação, constando o volume anual de etanol anidro combustível contratado, por fornecedor de etanol, e a vigência do contrato;
- O contrato poderá ser firmado pela matriz de fornecedor autorizado pela ANP e deverá ter vigência mínima periódica de um ano, fixada entre 1º de abril do ano vigente e 31 de março do ano subsequente;
- Nos casos de contratos com vigência superior a um ano, deverá ser protocolizada na ANP, anualmente, cópia autenticada do extrato do contrato;
- O produtor de gasolina A não poderá dar início ao fornecimento desse produto antes da anuência da ANP referente à aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor, sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor.

Já a segunda minuta propõe uma alteração da Portaria da ANP nº 29, de 10/02/2009, estabelecendo sistemática para o cadastramento do fornecedor, assim como a comercialização e o envio de dados para a ANP.

estoque o equivalente a 15 dias do consumo de etanol correspondente às vendas de gasolina C.

Embora a legislação atual defina que este papel deve ser desempenhado pelo governo, e não pelo setor privado, o princípio que norteia esta medida é o da equidade. Na prática, atualmente, este estoque acaba sendo mantido por poucos produtores, geralmente mais capitalizados e capazes de manter estoques até o final da entressafra.

A grande questão será como fiscalizar o cumprimento desta medida. As resoluções da ANP não esclarecem como se pretende operar esta fiscalização e exigir que o volume determinado seja efetivamente cumprido e nem qual a punição pelo seu descumprimento. Todavia, a ANP passa a ter o poder de praticamente suspender a vida normal de qualquer empresa, pro-

dutora ou distribuidora, ao não conceder autorização para emissão de notas fiscais.

Outro elemento importante a ser registrado é a forte indução na direção da contratação do etanol anidro misturado à gasolina, ao indicar que o fornecedor de gasolina A (gasolina pura, sem adição de etanol – e neste caso, trata-se da Petrobras), não poderá dar início ao fornecimento desse produto às distribuidoras antes da anuência da ANP referente à aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor, sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor.

Estes instrumentos ainda precisarão ser confirmados como resoluções definitivas da ANP, mas indicam uma clara mudança na forma com que o governo vinha tratando a comercialização de etanol, desde a liberação completa ocorrida em

fevereiro de 1999. Há a clara indicação de que o etanol deverá passar a receber um tratamento mais rigoroso, e com regras mais organizadas e previsíveis por todos os agentes econômicos envolvidos no processo.

A determinação de que deverá haver um estoque de anidro equivalente a um mês de consumo em 1º de março de cada ano, caso seja implementada, também traz implicações para o mercado de açúcar, pois indica que será preciso aumentar a produção de etanol além do volume necessário para atender ao mercado nos 12 meses normais de safra. Esta determinação vai ter implicações para o mix de produção açúcar e etanol e para os preços relativos dos produtos derivados da cana. ■

* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

O cooperativismo investe em oportunidades. E a OCB investe no cooperativismo.



De janeiro a maio, as cooperativas brasileiras bateram um novo recorde em exportações: 2,16 bilhões de dólares. Este é apenas um dos dados que deixam clara a importância do cooperativismo para a economia do país. E para promover um movimento de números tão expressivos existe a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A instituição desenvolve estratégias de inteligência comercial para aprimorar e criar oportunidades de negócio para o setor. Assim, as cooperativas podem gerar mais desenvolvimento para um Brasil cada vez mais forte.



Organização das Cooperativas Brasileiras

www.brasilcooperativo.coop.br